

Balanço em 31 de dezembro de 2020

(Montantes expressos em euros - €)

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2020	2019
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	8 860 860,30	9 059 422,29
Outros ativos financeiros	10.1	8 272,47	8 272,47
		8 869 132,77	9 067 694,76
Ativo corrente			
Inventários	10.2	16 418,49	11 783,49
Clientes	10.3	374 588,07	399 975,46
Estado e outros entes públicos	10.4	5 922,07	6 087,37
Outras contas a receber	10.5	9 930,92	12 958,74
Caixa e depósitos bancários	10.6	22 179,44	28 188,53
		429 038,99	458 993,59
Total do Ativo		9 298 171,76	9 526 688,35
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	10.7	267 204,66	267 204,66
Excedentes de revalorização		3 173 553,00	3 173 553,00
Outras variações no capital próprio		1 343 398,36	1 446 716,09
Resultados transitados		352 743,74	522 251,69
		5 136 899,76	5 409 725,44
Resultado líquido do período		-150 735,73	-143 602,52
Total do capital próprio		4 986 164,03	5 266 122,92
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos		3 243 527,35	3 307 766,87
	6	3 243 527,35	3 307 766,87
Passivo Corrente			
Fornecedores	10.7	341 512,69	275 937,63
Financiamentos obtidos	6	347 285,85	347 584,88
Estado e outros entes públicos	10.4	90 606,56	113 065,26
Outras contas a pagar	10.8	289 075,28	216 210,79
		1 068 480,38	952 798,56
Total do passivo		4 312 007,73	4 260 565,43
Total do capital próprio e do passivo		9 298 171,76	9 526 688,35

Demonstração de Resultados (por natureza) em 31 de dezembro de 2020

(Montantes expressos em euros - €)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	7	1 662 679,06	1 687 678,04
Subsídios à exploração	8	415 930,01	375 957,33
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11.1	-70 869,37	-59 874,26
Fornecimento e serviços externos	11.2	-486 898,15	-462 662,69
Gastos com o pessoal	11.4	-1 584 935,91	-1 592 439,09
Outros rendimentos e ganhos	11.3	234 370,48	230 199,68
Outros gastos e perdas	11.5	-10 083,96	-11 740,79
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		160 192,16	167 118,22
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-198 561,99	-191 931,09
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos		-38 369,83	-24 812,87
Juros e rendimentos similares obtidos	11.6	448,37	173,44
Juros e gastos similares suportados	11.7	-112 814,27	-118 963,09
Resultados antes de impostos		-150 735,73	-143 602,52
Imposto sobre o rendimento do exercício		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-150 735,73	-143 602,52

Demonstração de Resultados (por funções) em 31 de dezembro de 2020

(Montantes expressos em euros - €)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	12	2 078 609,07	2 063 635,37
Custos das vendas e dos serviços prestados		-2 341 265,42	-2 306 907,13
Resultado bruto		-262 656,35	-243 271,76
Outros rendimentos		234 370,48	230 199,68
Gastos de distribuição		0,00	0,00
Gastos administrativos		0,00	0,00
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00
Outros gastos		-10 083,96	-11 740,79
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos		-38 369,83	-24 812,87
Gastos de financiamento (líquidos)		-112 365,90	-118 789,65
Resultados antes de impostos		-150 735,73	-143 602,52
Imposto sobre o rendimento do exercício		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-150 735,73	-143 602,52

Anexo às Demonstrações Financeiras do período 2020

(Montantes expressos em euros - €)

1. Identificação da Entidade

A Fundação Joaquim António Franco e Seus Pais António Franco Ribeiro e Maria Castelo Franco Ribeiro, adiante por Fundação, foi constituída em 18 de Maio de 1961 para cumprimento testamentária de Joaquim António Franco.

Tem sede social na Rua 5 de Outubro, nº 10 em Casével – Castro Verde.

O seu objeto social é apoiar e proteger os idosos residentes em Casével e concelhos limítrofes mediante a prestação de serviços a este grupo etário. A sua atividade principal é “Atividades de apoio social para pessoas idosas com alojamento” – CAE 87301. As suas atividades secundárias são: “Atividades de estabelecimentos com cuidados continuados com alojamento” – CAE 88101, “Atividade de apoio social para pessoas idosas sem alojamento” – CAE 88101 e “Outras atividades de saúde humana, ne” – CAE 86906.

O seu número de identificação fiscal (NIF) é 500847320.

A Fundação é uma IPSS tutelada pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

A Fundação iniciou em 2009 o projeto para a construção de um edifício que permitisse albergar um Lar e uma Unidade de Cuidados Continuados (UCC). Este projeto foi concluído no 1º semestre de 2011, tendo a UCC iniciado a sua atividade em Maio e o Lar em Julho.

O custo da construção do Edifício foi de 3.292 mil euros. O custo de aquisição do equipamento foi de 360 mil euros. Foi apoiado em 660 mil euros pelo Estado através da ARS e em 16 mil euros através do projeto Proder. Também a autarquia participou através de diversos apoios que totalizaram 124 mil euros.

Em 2012 iniciou-se a construção da 2ª fase do Lar. O investimento até 2015 foi de 2.443 mil euros, dos quais 1.768 mil euros foram apoiados pelo projeto InaAlentejo. A participação estatal recebida até 31 de Dezembro foi de 1.402 mil euros. O Lar iniciou a atividade em Agosto de 2015.

Atualmente tem 4 valências de apoio social: Centro de Dia – 2 utentes; Apoio Domiciliário – 14 utentes; Unidade de Cuidados Continuados Intensivos – 35 utentes em regime público e 8 utentes em regime privado e Estabelecimento Residencial para Idosos – 48 utentes.

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas aplicadas às ESNL – Entidades do sector não lucrativo:

- DL 36-A/2011 de 9 de Março;
- Portarias nº 105/2011 de 14 de Março

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, seja da posição financeira seja do desempenho da Entidade, foram utilizadas as normas que integram as ESNL bem como normas da Sistema Normalização Contabilística (SNC) aprovados pelo DL 158/2009, bem como com as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e ainda as

Normas Internacionais de Contabilidade e as Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standart Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações e no regime de acréscimo, utilizando as NCRF (normas de contabilidade e relativo financeiro) das ESNL, designadamente o balanço, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo.

2.2. Indicação e justificação das disposições que regulamentam as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas

Nos períodos abrangidos nestas demonstrações financeiras não foram derogados quaisquer disposições que regulamentam as ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das informações disponibilizadas.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2010 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido de depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao seu custo de aquisição deduzido de depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível, pelo método da linha reta de uma forma consistente de período a período e de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras Construções	50
Equipamento Básico	6
Equipamento de Transporte	5
Equipamento administrativo	6
Equipamento informático	5
Programas de informática	3

b) Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas pelo custo líquido, utilizando-se o custo "FIFO" como fórmula de custeio. Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

c) Instrumentos financeiros

• **Empréstimos**

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, através da liquidação, cancelamento ou expiração. Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetivo e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

• **Dívidas a terceiros**

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, através da liquidação, cancelamento ou expiração.

• **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos em “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, de depósitos à ordem, depósitos a prazo e a outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Como todos os depósitos tem vencimentos inferiores a um ano são reconhecidos no ativo corrente.

d) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável.

e) Regime de acréscimo

Os gastos e os rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento. De acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registados nas rubricas “outras contas a receber e a pagar” ou “diferimentos”.

Na Fundação foram calculados acréscimos de rendimentos – rendas a cobrar e acréscimos de custos – remunerações a liquidar e respetivos encargos sociais referentes ao mês de férias e subsídio de férias.

f) Rédito

A Fundação não teve só, em 2017 e 2020, prestações de serviços, mas teve também outros réditos: vendas, subsídios e outros rendimentos decorrentes da atividade ordinária. Todos os réditos são reconhecidos pelo justo valor, entendendo-se como tal o que foi fixado entre as duas partes contratantes numa base de independência.

g) Subsídios

Os subsídios são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe não só uma garantia razoável de que irão ser recebidos como também que a Fundação irá cumprir as condições exigidas para a sua concessão.

A Fundação tem tido dois tipos subsídio. Os subsídios relacionados com o rendimento recebidos através do IEFP e de outras entidades estatais, são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios à Exploração” da demonstração de resultados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis – projeto Lar e UCC, projeto Proder e projeto InoAlentejo são reconhecidos em fundos patrimoniais. A utilização destes subsídios como proveitos é anual e proporcional às depreciações anuais dos diversos Projetos

h) Imposto sobre o rendimento do período

Sendo a Fundação uma associação sem fins lucrativos está isenta de tributação.

Apesar disso, as declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos, pelo que as Declarações relativas aos anos 2017 a 2020 poderão vir ainda ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções resulte um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o período não houve mudanças de políticas contabilísticas e os erros contabilísticos detetados em relação a períodos anteriores são de montantes pouco relevantes.

5. Ativos fixos tangíveis

As bases de mensuração, o método de depreciação usado, bem como as vidas úteis e as respetivas taxas de depreciação usadas dos ativos fixos tangíveis estão definidas no ponto 3.1.a).

A reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período é a seguinte:

2019							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:							
Saldo em 01-01-2019	3 058 226,18	7 468 622,58	655 154,87	163 189,79	69 881,42	64 250,67	11 479 325,51
Adições	0,00	56 998,95	1 451,40	49 987,00	0,00	0,00	108 437,35
Saldo em 31-12-2019	3 058 226,18	7 525 621,53	656 606,27	213 176,79	69 881,42	64 250,67	11 587 762,86
DEPRECIACÕES ACUMULADAS:							
Saldo em 01-01-2019	0,00	1 592 084,32	533 905,64	153 254,68	52 310,07	4 854,77	2 336 409,48
Adições	0,00	136 139,33	44 291,71	10 011,43	1 488,62	0,00	191 931,09
Saldo em 31-12-2019	0,00	1 728 223,65	578 197,35	163 266,11	53 798,69	4 854,77	2 528 340,57
QUANTIA ESCRITURADA	3 058 226,18	5 797 397,88	78 408,92	49 910,68	16 082,73	59 395,90	9 059 422,29

2020							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:							
Saldo em 01-01-2020	3 058 226,18	7 525 621,53	656 606,27	213 176,79	69 881,42	64 250,67	11 587 762,86
Adições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31-12-2020	3 058 226,18	7 525 621,53	656 606,27	213 176,79	69 881,42	64 250,67	11 587 762,86
DEPRECIACÕES ACUMULADAS:							
Saldo em 01-01-2020	0,00	1 728 223,65	578 197,35	163 266,11	53 798,69	4 854,77	2 528 340,57
Adições	0,00	136 139,33	48 204,60	12 729,11	1 488,95	0,00	198 561,99
Saldo em 31-12-2020	0,00	1 864 362,98	626 401,95	175 995,22	55 287,64	4 854,77	2 726 902,56
QUANTIA ESCRITURADA	3 058 226,18	5 661 258,55	30 204,32	37 181,57	14 593,78	59 395,90	8 860 860,30

A depreciação acumulada no final do período é a seguinte:

<u>Depreciação acumulada</u>	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Edifícios e outras construções	1 864 363	1 728 224
Equipamento básico	626 402	578 197
Equipamento de transporte	175 995	163 266
Equipamento administrativo	55 288	53 799
Outros ativos	4 855	4 855
Total	2 726 903	2 528 341

Em 2011 foi feita uma revalorização técnica aos Terrenos e aos Edifícios. Os valores destes ativos nunca tinham sido reavaliados. A revalorização teve com base o preço do mercado mas utilizando, por um princípio de prudência, um fator de correção de 75%.

O impacto desta operação foi de 3.174 mil euros, tendo como contrapartida um acréscimo nos Fundos Patrimoniais – Excedentes de Revalorização.

6. Custo dos empréstimos obtidos

A base de mensuração está descrita no ponto 3.1 c).

A Fundação contraiu em 2009 um empréstimo de longo prazo junto à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Aljustrel e Almodôvar. Este empréstimo teve como finalidade a construção do Lar e da UCC e aquisição dos respetivos equipamentos. O valor do empréstimo tinha como limite 1,9 milhões de euros O prazo de amortização contratado é de 20 anos, com os dois primeiros anos de carência. A taxa de juro é a taxa Euribor a 12 meses, acrescido de um spread de 2,75%. A garantia dada pela Fundação teve com base 2 prédios designados por Herdade da Agontinha e por Herdade do Monte Coito. O valor em aberto em 31 de dezembro de 2020 era 1.141 mil euros.

Em Março de 2013, contraiu novo empréstimo de 600 mil euros junto à mesma entidade bancária para fazer face ao projeto do Lar – 2ª fase. O valor em aberto em 31 de dezembro de 2020 era 321 mil euros.

Em Setembro de 2013, voltou a contrair novo empréstimo na mesma entidade bancária no valor de 300 mil euros. A 31 de Dezembro de 2020 o valor em dívida era 229 mil euros.

Em Abril de 2014 foi contraído um novo empréstimo junto à Caixa Agrícola de 330 mil euros. O valor em aberto em 31 de dezembro de 2020 era 255 mil euros.

Em Dezembro de 2015 contraiu novo empréstimo de 250 mil euros junto à mesma entidade. O valor em aberto em 31 de dezembro de 2020 era 45 mil euros.

Para fazer face à aquisição de equipamento para a UCC foi contraído um empréstimo junto ao Montepio Geral no valor de 115.776,69. O valor em aberto em 31 de dezembro de 2020 era 35 mil euros.

Em Outubro de 2016 foi contraído novo empréstimo junto à Caixa Agrícola no valor 320 mil euros pelo prazo de 15 anos com a taxa de juro de 5%, actualizado, entretanto para 2,85%. O valor em aberto em 31 de dezembro de 2020 era 278 mil euros.

Em Dezembro de 2017 voltou a contrair contraído novo empréstimo junto à Caixa Agrícola no valor 300 mil euros pelo prazo de 15 anos com a taxa de juro de 5%, entretanto actualizada para 2,85%. O valor em aberto em 31 de dezembro de 2020 era 266 mil euros.

Em Junho de 2018 contraiu novo empréstimo junto da Caixa Agrícola no valor de € 150.000,00, com taxa de juro Euribor a 6 meses, e spread de 2,85%, pelo prazo de 15 anos. O valor em aberto em 31 de dezembro de 2020 era de 136 mil euros.

Em Outubro de 2019 contraiu novo empréstimo contraído novo empréstimo junto da Caixa Agrícola no valor de € 400.000,00, com juro Euribor 6 meses e com um spread de 3,85%. O valor aberto em 31 de Dezembro de 2020 era de 391 mil euros. Nesta operação foi anulado o contrato de Conta Cauçionada junto da Caixa Agrícola.

Os empréstimos contraídos em 2013 e 2014 são por 20 anos, com taxa de juro Euribor 6 meses e com um spread de 2,85%

O empréstimo contraído em 2015 foi por 15 anos, com taxa de juro Euribor 12 meses e com um spread de 5,00%, actualmente fixado em 3,85%.

Foi feito em Julho de 2017 um leasing junto ao Montepio Geral no valor 13.659 euros para aquisição de uma viatura. O valor em aberto em 31 de dezembro de 2020 era 5 mil euros.

Em Outubro de 2017 foi feita uma operação de *Factoring* junto ao Millenium BCP para receber antecipadamente as faturas emitidas à ARS. O valor em aberto em 31 de dezembro de 2020 era 128 mil euros.

Em Maio de 2019 foi feito um leasing junto da RCI no valor de € 47.487,00, para aquisição de três viaturas comerciais. O valor em aberto em 31 de dezembro de 2020 era de 32 mil euros.

Em 2020 o custo financeiro – juros foi de 112 mil euros (119 mil euros em 2019).

7. Réditos

A base de mensuração está descrita no ponto 3.1 f). As componentes são as seguintes:

	31/12/2020	31/12/2019
Vendas	998,00	800,00
Prestação de serviços	98 126,71	93 135,16
Subsídios	103 317,73	103 317,73
Outros proveitos	27 748,04	32 946,79
Juros e outros proveitos financeiros	4 180,00	0,00
Total	234 370	230 200

As prestações de serviços foram feitas no mercado interno e decorreram no âmbito das atividades da Fundação:

	31-12-2020	31-12-2019
Comparticipação direta dos utentes:	688 001	707 528
Centro de Dia	5 709	9 845
Apoio Domiciliário	27 397	41 968
ERI	340 597	361 978
UCCI	314 298	293 738
ARS	844 180	783 770
UCCI	844 180	783 770
Serviços da Casevelimpa	85 511	108 984
Outros serviços	44 987	69 606
Total	1 662 679,06	1 669 888,04

8. Subsídios

A base de mensuração está descrita no ponto 3.1 g). Os subsídios, que foram contabilizados como ganhos no período, tiveram a seguinte origem:

	31-12-2020	31-12-2019
Segurança Social	402 808,67	356 334,06
IEFP	13 121,34	19 623,27
Total	415 930,01	375 957,33

A comparticipação da Segurança Social, por valências, foi a seguinte:

	31-12-2020	31-12-2019
Centro de Dia	8 844,46	4 356,83
Apoio Domiciliário	77 269,88	61 447,50
ERI	192 602,15	186 602,44
UCCI	124 092,18	113 934,08
Total	402 808,67	366 340,85

9. Benefícios dos empregados

O número médio de empregados em 2020 foi de 97 funcionários.

Os órgãos sociais têm a seguinte composição; Administração – 5 elementos e Conselho Fiscal – 3 elementos.

Os elementos dos órgãos, exceto o Presidente do Município de Castro Verde e o Presidente da União de Freguesias de Castro Verde, recebem um valor fixo mensal de 9,98€. Todos os membros dos órgãos sociais recebem senhas de presença nas reuniões onde participam.

10. Informações sobre contas do Balanço

10.1. Outros ativos financeiros

Esta conta engloba principalmente a coleção de moedas e peças de ouros deixados pelo Testamentário à Fundação.

10.2 Inventário

Esta conta reflete o valor de existências finais de materiais diversos, material hospital e produtos de limpeza e outros consumíveis para apoio aos utentes.

10.3 Clientes e Utentes

Esta conta representa os valores em dívida dos utentes das diversas valências, da dívida dos clientes da valência Casevelimpa, da dívida do Estado resultante da comparticipação do Estado (Segurança Social e ARS) e da dívida clientes diversos.

As estas dívidas são normalmente saldadas nos dois meses seguintes.

10.4 Estado – ativo e passivo

No ativo, esta conta reflete o valor do IVA a recuperar.

No passivo, os valores em aberto são os seguintes:

	31-12-2020	31-12-2019
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	9 237,75	11 629,97
Imposto sobre o valor acrescentado	3 147,04	8 041,71
Contribuição para a Segurança Social	78 221,77	93 205,80
Fundo compensação	0,00	187,78
Total Passivo	90 606,56	113 065,26

Não existem dívidas em mora ao Estado.

10.5 Outras contas a receber

Esta conta representa os diversos rendimentos a serem recebidos em 2020.

10.6 Caixa e depósitos bancários

A Fundação só tem depósitos em bancos nacionais e em euros.

	31-12-2020	31-12-2019
Caixa	912,49	445,44
Depósitos à ordem	21 239,92	27 716,06
Depósitos prazo	27,03	27,03
Total Passivo	22 179,44	28 188,53

10.7 Fundos patrimoniais

Os Fundos representam o valor que existia em 1986 nos fundos patrimoniais quando entrou em vigor o IRC e o POC e a Fundação a ter escrita organizada.

Os Excedentes de revalorização representam o valor da reavaliação que foi feita aos terrenos e aos edifícios da Fundação (ver Notas 2.4 e 5).

Em 2020, foram corrigidos diversos saldos, cuja contrapartida foi a conta "resultados transitados". O impacto foi de 26 mil euros.

As Outras variações representam os ajustamentos feitos de acordo com o SNC e também o valor do subsídio do Projeto InoAlentejo.

10.8 Fornecedores

Em 2020, as dívidas a fornecedores continuaram a baixar significativamente. Todas as dívidas são pagas normalmente dentro do prazo acordado com os fornecedores.

10.9 Outras contas a pagar

As componentes desta rubrica são as seguintes:

	31-12-2020	31-12-2019
Acréscimos de custos - Remunerações a pagar	171 262,30	183 912,86
Outros	117 812,98	32 297,93
Total	289 075,28	216 210,79

Os acréscimos de custos representam a especialização de custos (ver Nota 3.1.e).

11 Informações sobre contas da Demonstração de Resultados (por natureza)

11.1 Custos dos materiais diversos consumidos

Em 2019 e 2020, os diversos materiais, material hospital, produtos de limpeza e outros consumíveis, têm sido contabilizados não da conta 62, mas sim na conta 61. Esta mudança proporciona um melhor controlo destes materiais.

11.2 Fornecimentos e serviços externos

Os valores das principais rubricas são os seguintes:

	31-12-2020	31-12-2019
Trabalhos especializados	141 635,59	143 414,64
Publicidade e propaganda	0,00	294,54
Vigilância e segurança	20 928,71	8 865,36
Honorários	2 472,30	19 207,00
Outros serviços	46 138,18	38 307,83
Conservação e reparação	57 998,18	16 906,82
Ferramentas e utensílios	5 017,98	2 286,49
Material de escritório	2 571,18	1 429,71
Outros materiais	9 722,75	23 135,84
Materiais de saúde	3 649,57	16 400,08
Eletricidade	101 436,39	90 280,51
Água	13 987,50	18 579,74
Combustíveis	31 425,95	35 136,98
Outros fluidos	6 845,54	6 895,51
Deslocações e estadas	33,85	376,60
Alugueres	0,00	13 718,64
Comunicação	19 246,88	5 811,99
Seguros	11 074,09	11 827,26
Contencioso e notariado	507,46	410,14
Limpeza, higiene e conforto	5 007,90	4 818,56
Outros	7 198,15	4 558,45
Total	486 898,15	462 662,69

Nos Trabalhos Especializados o custo mais importante (132 mil euros) é originado pelo fornecimento das refeições por uma entidade externa – a empresa ITAU.

Nos Outros Serviços estão incluídos os custos com os serviços de saúde (médicos, enfermeiros e outros profissionais).

Os Materiais de saúde incluem os custos com a aquisição de medicamentos, roupa e material de fisioterapia.

Os custos de Limpeza, higiene e conforto incluem maioritariamente os produtos de higiene e conforto que são utilizados pelos utentes do ERI e da UCCI.

11.3 Gastos com o pessoal

As principais componentes dos Gastos com o pessoal são as seguintes:

	31-12-2020	31-12-2019
Remunerações dos órgãos sociais	4 014,48	4 010,92
Remunerações do pessoal	1 273 771,03	1 277 522,47
Encargos sobre as remunerações	260 331,07	262 335,00
Seguro de acidentes no trabalho	46 819,33	37 435,83
Outros custos	0,00	11 134,87
Total	1 584 935,91	1 592 439,09

Nas remunerações aos Órgãos sociais estão incluídas as senhas de presença.

11.4 Outros gastos e perdas

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2020	31-12-2019
Quotizações	1 079,00	1 212,00
Outros	9 004,96	10 528,79
Total	10 083,96	11 740,79

Nos Outros Gastos está incluído o pagamento do IMI – 5 mil euros (em 2019 - 5mil euros).

11.4 Outros rendimentos e ganhos

As principais componentes de Outros rendimentos e ganhos são as seguintes:

	31-12-2020	31-12-2019
Proveitos suplementares	998,00	800,00
Rendas	98 126,71	93 135,16
Utilização anual dos subsídios de investimento	103 317,73	103 317,73
Donativos	27 748,04	32 946,79
Outros	4 180,00	0,00
Total	234 370,48	230 199,68

11.5 Proveitos Financeiros

Esta conta representa os juros originados nos depósitos bancários.

11.6 Custos Financeiros

Os custos já foram referenciados nos pontos 3.1.a) e 6.

	31-12-2020	31-12-2019
Juros suportados	112 814,27	118 963,09
Outros	0,00	0,00
Total	112 814,27	118 963,09

12. Outras informações sobre contas da Demonstração de Resultados (por funções)

Como a Fundação é uma entidade prestadora de serviços sociais, a Demonstração de Resultados por funções não é essencial e demonstrativa, sendo tudo idêntico à Demonstração de Resultados por natureza pois só tem uma função que é a prestação de serviços.

As diferenças são:

- As Vendas e serviços prestados englobam os ganhos oriundos das prestações de serviços e dos subsídios à exploração.

- Os Custos das vendas e dos serviços prestados englobam os fornecimentos e serviços externos, os gastos com o pessoal e as depreciações.

13. Informações sobre as rubricas da Demonstração de Fluxos de Caixa

As principais componentes dos Fluxos de Caixa referem-se aos recebimentos e os pagamentos das atividades operacionais. A Fundação continua a ter necessidade de recorrer aos financiamentos bancários.

14. Outras Informações – Demonstração de Custos por Valência

Como existem custos que ainda não foi possível imputar diretamente, a Fundação utilizou em 2020 os seguintes critérios:

- Nas valências sociais, as participações de utentes e os subsídios também são imputados diretamente,.
- Nos gastos, a chave de repartições utilizada tem a ver com os custos históricos por valência,, tendo em atenção o número de funcionários e de utentes por cada valência. A Fundação utiliza o SAFT na contabilização das faturas, este método não permite a imputação direta aos centros de custo das valências.


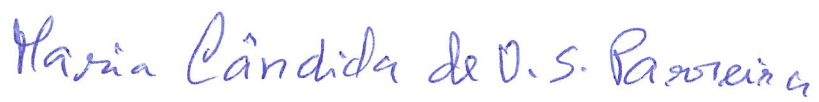

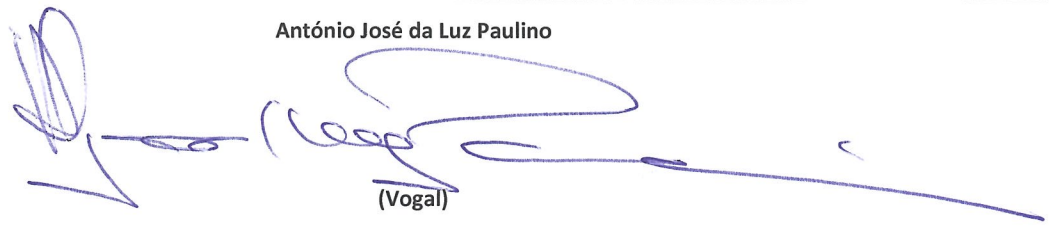
Rendimentos e Gastos	Geral	SAD	CD	ERPI	UCC	TOTAL
Vendas e Serviços Prestados	130 500,05	27 397,11	5 706,86	340 596,83	1 158 478,21	1 662 679,06
Subsídios à exploração	9 588,73	77 269,88	8 844,46	194 308,04	125 918,90	415 930,01
Prestação de Serviços-Estado	0,00	77 269,88	8 844,46	192 602,15	124 092,18	402 808,67
IEFP	9 588,73	0,00	0,00	1 705,89	1 826,72	13 121,34
Custo Merc. Vendidas e Mat. Consumidas	4 502,41	0,00	0,00	19 593,24	46 773,72	70 869,37
Fornecimentos e Serviços Externos	17 041,43	9 737,96	2 434,49	180 152,32	277 531,95	486 898,15
Gastos com Pessoal	142 336,48	76 938,64	3 846,93	470 488,86	891 325,00	1 584 935,91
Outros Rendimentos e Ganhos	104 074,01	3 262,92	12 600,68	77 954,54	36 478,33	234 370,48
Outros	104 074,01	3 262,92	12 600,68	7 852,22	3 262,92	131 052,75
Subsídios ao Investimento	0,00	0,00	0,00	70 102,32	33 215,41	103 317,73
Outros Gastos e Perdas	7 201,48	0,00	0,00	292,02	2 590,46	10 083,96
Antes de depreciações, financiamento e impostos	73 080,99	21 253,31	20 870,58	-57 667,03	102 654,31	160 192,16
Gastos/reversão de depreciação e amortização	25 340,98	1 787,06	0,00	45 616,34	125 817,61	198 561,99
Do operacional antes de financiamento e impostos	47 740,01	19 466,25	20 870,58	-103 283,37	-23 163,30	-38 369,83
Juros e rendimentos similares obtidos	427,39	0,00	0,00	0,00	20,98	448,37
Juros e gastos similares suportados	5 415,16	1 353,77	0,00	24 972,40	81 072,94	112 814,27
Resultados antes de impostos	42 752,24	18 112,48	20 870,58	-128 255,77	-104 215,26	-150 735,73
Impostos sobre o rendimento do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período	42 752,24	18 112,48	20 870,58	-128 255,77	-104 215,26	-150 735,73

15. Atraso de apresentação de contas

Tal como em 2019, também em 2020, o atraso foi motivado pela pandemia da COVID-19, pelo fortes impactos que esta teve no funcionamento da instituição e das suas respostas sociais e de saúde e pelos

graves constrangimentos no que respeita à disponibilidade dos recursos humanos e da realização dos normais procedimentos de índole administrativa e financeira. A conjugação destes fatores provocou atrasos significativos no processo de conclusão da apresentação legal de contas, o que a instituição, e os seus responsáveis, lamentam profundamente.

Casével, 11 de julho de 2022

A Administração:
José Manuel Pinela Coelho Fernandes  (Presidente)
Maria Cândida de Oliveira Sobral Parreira  (Tesoureira)
Ana Maria Sobral Banza  (Secretário)
António José Rosa de Brito (Vogal)
António José da Luz Paulino  (Vogal)

O Contabilista Certificado N.º 14.413

João Manuel Rêgo Mendinhos Afonso

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized, cursive letter 'G' followed by a vertical line that curves slightly at the bottom.